

Gritos por democracia não devem ecoar no vazio

» ARTHUR MELLO

Coordenador de advocacy do Pacto pela Democracia



No evento de lançamento do programa para pessoas em situação de rua, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Alexandre de Moraes, foi ovacionado com gritos de “Xandão!”. Coro que foi rapidamente sucedido por outro que dizia “Sem anistia!”. Este último já havia sido entoado durante o discurso de outro presidente — dessa vez, o da República, em sua posse no primeiro dia do ano —, mas sofreu uma mudança de alvo frente ao protagonismo de outras lideranças no combate aos ataques à democracia.

Se por um lado o presidente Lula disse no 8 de janeiro que o governo não daria trégua na investigação dos atos golpistas, bastou a nova legislatura do Congresso ser empossada para que as prioridades mudassem. Houve uma grande movimentação para o convencimento de deputados e senadores de que uma Comissão Parlamentar de Inquérito não seria a melhor alternativa para a investigação dos ataques. Lideranças parlamentares ligadas ao Planalto chegaram a dizer que a instalação de uma CPI iria na contramão do que acabara de ser concretizado — a recondução do Presidente, se referindo, dessa vez, a Arthur Lira. E, infelizmente, a avaliação não se mostrou equivocada.

A partir dessas considerações, em fevereiro deste ano, o direcionamento se voltou em torno da consolidação de uma dita “normalidade democrática”, em que as negociações entre a coalizão de forças no Legislativo e a responsabilização dos presos nos ataques aos prédios dos Três Poderes, no Judiciário, poderiam ser lidas como sinais de uma boa resposta para o flerte com o autoritarismo que havíamos vivido. Nada poderia simbolizar melhor esse momento do que o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, relançar seu álbum de MPB nas plataformas de streaming poucos dias depois de uma operação da Polícia Federal realizar buscas na casa de membros da elite do Exército. Prioridades em meio à calmaria democrática.

Evidentemente, podemos citar uma série de ações tomadas pelo governo federal como medidas para o combate às ameaças autoritárias, tais como: a articulação, mesmo que tardia, para formar uma maioria na CPI dos atos golpistas, a criação da Procuradoria Nacional em Defesa da Democracia na AGU e a criação da Comissão de Direitos e Democracia no Conselho. Medidas importantes e concretizadas já no primeiro ano de governo. Entretanto, o governo federal não pode se furtar em ser protagonista na defesa da democracia.

O presidente também anunciou, recentemente, que gostaria de fazer um grande ato no próximo dia 8 de janeiro com governadores, parlamentares e empresários. Há um risco muito grande de que a foto desse ato tenha o mesmo perfil masculino e branco que vem se repetindo em outros eventos. Sem a participação da sociedade civil e a apresentação de uma agenda contundente de defesa da democracia, o primeiro aniversário da tentativa de golpe pode virar uma caricatura dos modelos de mobilização política que têm falhado nos últimos anos: uma câmara de eco sem representatividade e nem respostas aos desafios que enfrentamos.

O Brasil precisa de uma agenda de proteção ao Estado Democrático de Direito. Um norteador de ações nos Três Poderes da República que responda aos novos paradigmas que vivemos. E estamos atrasados. As eleições de 2022 foram um plebiscito

entre a democracia e o autoritarismo. A democracia venceu por muito pouco e por meio de uma grande mobilização envolvendo toda a sociedade civil. O que demonstra que a democracia resistiu, mas existem fissuras.

Desse modo, precisa imperar em todas as áreas de atuação do governo a proteção e o aprimoramento do sistema democrático. A união e a reconstrução se darão a partir da soma de esforços dos poderes constituídos, da cooperação da sociedade civil e da imprensa. Ainda há tempo e vontade política para a construção e implementação da agenda permanente pela democracia. Parte considerável do eleitorado espera essa mudança institucional, que é necessária para a manutenção do Estado Democrático de Direito. A resposta aos gritos por justiça não pode ser taciturna. O Brasil voltou, mas os perigos do autoritarismo nunca foram embora.

Todos ganham com uma ciência mais forte no Brasil

» ESTÊVÃO GAMBA

Cientometrista da Agência Bori

» SABINE RIGHETTI

Pesquisadora e professora do Labjor-Unicamp

» CARLOS HENRIQUE DE BRITO CRUZ

Vice-Presidente sênior de Redes de Pesquisa na Elsevier (Oxford, UK)

A produção científica brasileira aumentou nove vezes desde 1996 — e o impacto dos trabalhos publicados na própria academia também cresceu no mesmo período. O que isso significa?

A ciência está em tudo. Se você se alimentou ou tomou um medicamento nas últimas 24 horas, a ciência está presente na sua vida. E estamos falando de todas as áreas do conhecimento: da pesquisa básica com moléculas que podem levar a novas drogas à compreensão da polinização pelas borboletas na produção agrícola ou às vacinas baseadas em mRNA.

Uma das maneiras de se medir a produção científica de um país é olhar para a quantidade de artigos científicos produzidos em suas instituições de pesquisa. São documentos escritos e avaliados por cientistas, que tornam públicos os resultados científicos.

A quantidade de artigos científicos com autores no Brasil cresceu. Nas últimas décadas, produzimos mais conhecimento para compreender o mundo, o Universo, as doenças, as relações sociais. Em 2022, ocupamos o 14º lugar no mundo em volume de produção científica. Recentemente, no entanto, houve um soluço inédito: o número de novos artigos científicos com autores brasileiros caiu 7,4% em 2022, em comparação ao ano anterior.

Ciências agrárias foi a área de conhecimento com maior redução: caiu 13,7%, de 2021 para 2022. Bastante preocupante em um país que depende tanto do agronegócio.

Esses dados estão na série de relatórios sobre a produção científica brasileira publicados pela Agência Bori com a Elsevier Pesquisa em 2023, com ampla repercussão na imprensa. As análises são importantes para informar o debate público para tomadas de decisão.

Mas o que acontece com esses milhares de trabalhos acadêmicos depois que são publicados? Os artigos científicos com autores no Brasil têm circulado bem e são usados por outros pesquisadores, em universidades ou em empresas. Isso é medido pela quantidade de vezes que um trabalho é mencionado em artigos subsequentes, o que é chamado de impacto por citações. Significa que o trabalho foi lido e usado, influenciando, de alguma maneira, o avanço subsequente do conhecimento ou sua aplicação.

Os artigos científicos com autores no Brasil e publicados em 1996 foram citados com frequência 30% inferior à média mundial. Em 2022, a frequência de citações subiu, mas ainda ficou 15% abaixo da média mundial. Houve progresso, mas ainda há muito a melhorar. A frequência de citações dos artigos de 2022 com autores na China ou Europa tem sido 16% e 14% acima da média mundial.

Aqueles com autores na Índia, desde 2019 superaram o impacto daqueles com autores no Brasil e estão, em 2022, apenas 2% abaixo da média mundial. Enquanto perdemos 7,4% na quantidade de novos artigos científicos em 2022, a Índia aumentou 19% sua produção científica e até ultrapassou o Reino Unido. Hoje, a Índia é o terceiro país do mundo com mais publicações, superado apenas pela China e pelos EUA.

Não existe país desenvolvido sem ciência forte. E, para isso, precisamos de investimento público e privado constante em pesquisa, na formação de novos cientistas, em seu emprego em empresas, universidades e institutos de pesquisa.

É fundamental que o Brasil reverta a tendência de queda observada em 2022, acelerando o aumento do impacto nacional e mundial da ciência criada no país.

O documento que, em 1947, levou a Assembleia Constituinte paulista a criar Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) alertava, usando citação do físico Ernest Rutherford: “A ciência está destinada a desempenhar um papel cada vez mais preponderante na produção industrial. E as nações que deixarem de entender essa lição hão, inevitavelmente, de ser relegadas à posição de nações escravas: cortadoras de lenha e carregadores de água para os povos mais esclarecidos”.

Se a ciência brasileira continuar perdendo força, corre-se o risco de ter de importar cada vez mais soluções e tecnologias de países que, hoje, estão investindo e obtendo cada vez mais resultados em pesquisa científica e em tecnologia.

A Amazônia na hora da escolha definitiva

» FERNANDO BARROS

Jornalista e diretor executivo do Instituto Fórum do Futuro

O Brasil ingressa na “era da bioeconomia” sem conhecer adequadamente seus desafios, suas complexidades e seu real significado. Sem plano de voo. A COP28, em Dubai, tornou o debate mais politizado, polarizado e nebuloso. Exatamente quando precisamos de mais ciência para iluminar um caminho ainda obscuro, teremos mais do simplório, do “nós contra eles”.

Numa equação desafiadora: de um lado, lideranças climatologistas, como o sueco Johan Rockström, alertam que a pretensão de limitar o aquecimento global a 1,5°C neste século exige eliminar o uso de combustíveis fósseis e fazer uma revolução gigante nos sistemas agroalimentares; de outro, a FAO lembra que não saiu da agenda 2050 o encontro marcado com os 10 bilhões de habitantes que precisarão dos alimentos produzidos neste planeta de recursos naturais finitos.

A gestão de tarefa tão gigante exigiria um Plano Marshall planetário, unindo todas as competências disponíveis numa única direção e propósito. Mas o mundo em que vivemos é outro. Predominam a ebulição geopolítica e a degradação crescente da influência da visão científica sobre as sociedades. Caminhamos na direção de um FlaXFlu entre incendiários e os que defendem uma Amazônia intocada. Na plateia, os 28 milhões de brasileiros que moram na região recordista nacional em fome e miséria pela falta de ciência aplicada para organização de cadeias produtivas.

O açaí é um exemplo singelo das complexidades envolvidas. A Embrapa Amazônia Oriental registra que a demanda pela fruta cresce 15% ao ano; a oferta, 5%. O mercado aumentou 15.000% em 10 anos. Junto com ele, a pressão sobre a floresta. A crença segundo a qual o açaizeiro não deve receber melhoramento genético para diminuir de tamanho e nem tratamento econômico para aprimorar a logística eterniza uma situação em que os coletores são obrigados a subir em árvores de 20 metros e, depois, caminhar quilômetros com um saco pesado nas costas.

O combate à organização de cadeias produtivas da Amazônia despreza o conhecimento existente, exclui a geração de renda e empregos dignos, produto da escalagem (industrialização e serviços) oriunda de matéria-prima biológica alavancada por valor agregado. Ignorar a complexidade das relações sociais, ambientais e econômicas sempre implica degradação da condição humana e do patrimônio ambiental.

Para o cientista José Oswaldo Siqueira, “a Amazônia pode ser o grande celeiro global de produtos naturais”. Mas não é para lá que estamos indo. Na COP30, os produtos amazônicos estarão alegremente expostos na vitrine do mundo — sem planejamento e sem organização do sistema produtivo. Outros se aproveitam disso. A China já é o maior produtor mundial de tambaqui. A pupunha que comemos vem de Santa Catarina (81%). A seringa que utilizamos (70%) é plantada na Bahia e em São Paulo. Na

Amazônia, em se plantando tudo dá. Mas crescer mesmo, só fora de lá.

Um dos precursores do debate sobre bioeconomia do amanhã no país, o Fórum do Futuro fez uma ampla reflexão sobre potencialidades e fragilidades. Abrange um largo conjunto de conhecimentos e tecnologias, desde a gestão de pessoas e processos a intervenções técnicas, sociais e culturais na produção de alimentos e de energia por meio do uso sustentável dos recursos.

O ex-diretor Geral da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz) Durval Dourado trouxe a baliza filosófica “Fato, Valor e Norma”, que sistematiza a produção sob a ótica do impacto mínimo sobre a natureza. O ex-ministro Paulo Haddad, o planejamento das relações entre os ativos: o capital natural e o capital financeiro, científico e empresarial disponível. Evaldo Vilela, a sistematização do conhecimento. José Oswaldo Siqueira, a modelagem que aterrissa ciência na realidade. Paulo Romano, na gestão pública e privada. José Scolforo, a gestão de vocações e fragilidades do território. Mário Salimon, o impacto da inteligência artificial no agro. Marcia Azevedo, na educação. Francys Vilela, na aferição e no monitoramento. Armando Mendes, na dimensão política.

Muitos trabalharam na agenda do Terceiro Salto, a visão de Alysson Paolinelli segundo a qual o Brasil é o grande player da bioeconomia capaz de enfrentar as principais crises globais da atualidade. Ninguém melhor que a Embrapa para coordenar programa tão ambicioso. O Banco Mundial pode ajudar. O tempo urge.